CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO-CEE-nº 1550/73

PARECER CEE nº 2395/73
Aprovada por Deliberação
de 12/11/73

INTERESSADO - Rafael Monteiro Neto e Mário Geraldo Cangiani
ASSUNTO - Matrícula em Curso Superior de Candidatos sem
Certificado de Conclusão do 2º Grau.
CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU
RELATOR - Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello

HISTÓRICO - Solicitam os interessados lhes seja, por equidade, facultada pelo CEE a sua matrícula na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, isso por terem sido aprovados no exame vestibular e, na oportunidade, não poderem fazer a matrícula, quando para isso foram chamados, visto ainda estarem na dependência de exames especiais de 2ª época, determinados pela Secretaria da Educação para os alunos do Colégio São José, de Ribeirão Preto. Tal requerem por terem regularizado a sua conclusão no 2º grau e por lhes parecer lhes deva ser aplicado o Parecer CEE - nº 1146/73.

FUNDAMENTAÇÃO - O parecer em referência é de nossa lavra. Então, opinamos pela inscrição dos alunos classificados, e que não puderam se inscrever por não estarem, na oportunidade da inscrição, com seus documentos em ordem, embora já tendo concluído o 2º grau, desde que, após o novo concurso vestibular, ainda haja vagas nos cursos em que se inscreveram e para os em que foram classificados. Fizemos, na ocasião, a distinção entre alunos que fizeram o exame vestibular e nele foram aprovados e que ainda não haviam terminado o curso de 2º grau, o que depois veio a se realizar e os alunas que já haviam terminado o curso, mas não obtiveram o necessário certificado para poderem com ele instruir o seu pedido de inscrição, os quais vieram a ser expedidos posteriormente. Só os da última hipótese foram beneficiados pelo nosso parecer. Os requerentes estão entre os da primeira hipótese. O parecer não os alcançou. Pedem por equidade igual benefício. Não se afigura possível atendê-los, porquanto a situação deles é completamente diferente da dos que foram atendidos. Prestaram exame vestibular antes de terem terminado o curso secundário. Nem por equidade poderiam ser atendidos, porquanto esta visa a amenizar o rigor da lei, compreensível no caso dos já concluintes do curso de 2º grau, mas inadmissível para os que ainda dele dependiam. Particularmente, alegaram que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro recebera a matrícula de candidata em igual situação da dos requerentes. Ouvido o Diretor desta Escola, verificasse ser ela completamente diversa. Realmente, a candidata tivera seu pedido de matrícula indeferido por não possuir o certificado de conclusão de estudos

de 2º grau. Tendo sido aberto segundo Concurso vestibular e tendo sido a candidata novamente aprovada e tendo em mãos seu certificado de conclusão dos estudos de 2º grau, pode regularmente matricular-se.

CONCLUSÃO - Ante o exposto, opino pelo indeferimento do pedido dos interessados, RAFAEL MONTEIRO NETO E MARIO GERALDO CANGIANI, de matrícula na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, por falta de apoio legal, pois na oportunidade dela não haviam concluído o curso secundário.

São Paulo, 15 de agosto de 1973.

a) Cons. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpíolo Lopes Casali, Luiz Ferreira. Martins, Olavo Baptista Filho, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo, Gomes Romeo e Wlademir Pereira.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

a) Cons. Moacyr E. M. Vaz Guimaraes - Presidente

Aprovado por unanimidade na 525ª Sessão Plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de novembro de 1973.

a) José Borges dos Santos Júnior - Presidente